

## Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA

CNPJ nº 24.232.886/0073-31

### Demonstrações Financeiras

Balço patrimonial				Demonstração do Resultado			
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais				Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
Ativo	Nota	2.018	2.017	Receitas Operacionais	Nota	2.018	2.017
<b>Circulante</b>				Receitas de subvenções - custeio	17	58.780.008	58.164.977
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.541.993	2.525.557	Receitas de subvenções - investimento	8b	366.496	366.496
Contas de receber	6	10.882.575	10.689.370	Receitas financeiras		100.821	74.546
Estoques	7	1.824.938	1.542.538	Outras receitas		2.495	-
Outros ativos circulantes		266.422	200.810	<b>Total das Receitas</b>		<b>59.249.820</b>	<b>58.606.019</b>
Partes relacionadas a receber	13	4.087	286	<b>Despesas Operacionais</b>			
		<b>17.520.015</b>	<b>14.958.561</b>	Despesa com pessoal	18	(19.993.656)	(16.657.714)
<b>Não Circulante</b>				Serviços de terceiros	19	(19.891.500)	(22.900.764)
<b>Realizável a longo prazo</b>				Custo corporativo compartilhado	20	(2.938.932)	(4.541.969)
Depósitos judiciais		1.710.605	1.136.516	Drogas, medicamentos e materiais	21	(9.141.112)	(8.236.550)
Imobilizado	8	6.598.897	8.168.770			<b>(51.965.200)</b>	<b>(52.336.997)</b>
Intangível	8	841	1.736	Despesas gerais e administrativas		(3.763.290)	(2.293.179)
		<b>6.599.738</b>	<b>8.170.506</b>	Amortização e depreciação		(550.699)	(540.395)
		<b>8.310.343</b>	<b>9.307.022</b>	Despesas financeiras		(210.265)	(442.642)
<b>Total do Ativo</b>		<b>25.830.358</b>	<b>24.265.583</b>	Constituição (reversão) de provisão para contingência	16	(728.987)	41.767
<b>Passivo e patrimônio líquido negativo</b>						<b>(5.253.241)</b>	<b>(3.234.449)</b>
<b>Circulante</b>				<b>Total das Despesas</b>		<b>(57.218.441)</b>	<b>(55.571.446)</b>
Fornecedores	9	2.384.567	2.598.283	<b>Superávit dos Exercícios</b>		<b>2.031.379</b>	<b>3.034.573</b>
Honorários Médicos	10	2.392.029	3.008.335				
Obrigações sociais e trabalhistas	11	3.443.077	3.085.244				
Obrigações fiscais	12	4.263.914	4.128.835				
Partes relacionadas a pagar	13	6.436.750	7.944.966				
Receitas diferidas	14	11.067.236	11.067.236				
Outros passivos		38.439	-				
		<b>30.026.012</b>	<b>31.832.899</b>				
<b>Não Circulante</b>							
Obrigações fiscais	12	1.051.553	1.075.083				
Provisão para descontinuidade	15	2.938.840	2.304.014				
Provisão para contingência	16	1.422.799	693.812				
		<b>5.413.192</b>	<b>4.072.909</b>				
<b>Patrimônio Líquido Negativo</b>							
Patrimônio social negativo		(11.640.225)	(14.674.798)				
Superávit dos exercícios		2.031.379	3.034.573				
		<b>(9.608.846)</b>	<b>(11.640.225)</b>				
<b>Total do Passivo</b>		<b>25.830.358</b>	<b>24.265.583</b>				
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>				<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto</b>			
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais				Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais			
	Patrimônio social negativo	Superávit do exercício	Total	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.018	2.017	
<b>Em 1º de Janeiro de 2.017</b>	<b>(12.228.305)</b>	<b>(2.446.493)</b>	<b>(14.674.798)</b>	<b>Superávit dos exercícios</b>	<b>2.031.379</b>	<b>3.034.573</b>	
Transferência	(2.446.493)	2.446.493	-	Ajustado por:			
Superávit do exercício	-	3.034.573	3.034.573	Depreciação e amortização	550.699	540.395	
<b>Em 31 de Dezembro de 2.017</b>	<b>(14.674.798)</b>	<b>3.034.573</b>	<b>(11.640.225)</b>	Realização de subvenções do ativo imobilizado	(366.496)	(366.496)	
Transferência	3.034.573	(3.034.573)	-	Constituição (reversão) de provisão para contingência	728.987	(41.767)	
Superávit do exercício	-	2.031.379	2.031.379	Baixa de ativo imobilizado / intangível	-	20.227	
<b>Em 31 de Dezembro de 2.018</b>	<b>(11.640.225)</b>	<b>2.031.379</b>	<b>(9.608.846)</b>	<b>Superávit dos exercícios ajustado</b>	<b>2.944.569</b>	<b>3.186.932</b>	
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras</b>				<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.018 e 2.017				Contas de receber			
Cifras apresentadas em reais.				(193.205) (4.285.420)			
<b>1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais:</b>				Estoques			
A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social:				(282.400) (382.671)			
I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levantar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades:				Outros ativos circulantes			
I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. III - Promover, coordenar e organizar congressos, simpósios e jornadas específicas na área da saúde. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. <b>b) Contrato de Gestão</b>				Depósitos judiciais			
A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 03 de julho de 2.006, celebrou com o Governo do Estado do Pará, contrato de Gestão para o Gerenciamento e Execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional do Sudeste do Pará. Em Setembro de 2.012, pactuou novo contrato, vigente por 05 (cinco) anos e reajustável a cada doze meses. Em 17 de setembro de 2.017 a Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, pactuou com o Governo do Estado do Pará, o novo contrato de gestão nº 001/2.017 dando continuidade no gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidos no Hospital Regional do Sudeste do Pará por mais 60 meses. O Governo do Estado do Pará, através de sua Secretaria Especial de Estado de Proteção Social e da Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública, instituiu o Grupo Técnico de Controle e Avaliação da Gestão dos Hospitais Metropolitanos e Regionais, que procederá ao acompanhamento da execução do contrato e a verificação periódica do desenvolvimento das atividades e resultados obtidos pela Organização Social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado, cuja cópia deverá ser, inclusive, encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Pará. A verificação é relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas no contrato e restringir-se-á aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos, em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das res-				Fornecedores			
				(574.089) (187.115)			
				Honorários Médicos			
				(213.716) (849.450)			
				Obrigações sociais e trabalhistas			
				(616.306) 715.751			
				Obrigações fiscais			
				357.833 (62.276)			
				Provisão para descontinuidade			
				111.549 155.813			
				Receitas diferidas			
				634.826 (86.979)			
				Outros passivos			
				38.439 -			
				<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>			
				<b>2.141.888 5.096.948</b>			
				<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
				Aquisições de imobilizado e intangível			
				(2.813.435) (5.450.006)			
				<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos</b>			
				<b>(2.813.435) (5.450.006)</b>			
				<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
				Empréstimos tomados (pagos) - partes relacionadas			
				(1.512.017) (775.510)			
				Subvenções pactuadas para investimento			
				4.200.000 -			
				<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos</b>			
				<b>2.687.983 (775.510)</b>			
				<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>			
				<b>2.016.436 (1.128.568)</b>			
				<b>Demonstração de aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>			
				No início do exercício			
				2.525.557 3.654.125			
				No fim do exercício			
				4.541.993 2.525.557			
				<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>			
				<b>2.016.436 (1.128.568)</b>			
				pectivas atividades. As etapas do processo de avaliação do Contrato de Gestão estão divididas da seguinte forma: <b>I</b> - Prestação de serviços hospitalares (mapa de produção) <b>II</b> - Indicadores de qualidade; e <b>III</b> - Prestação de contas. O Hospital atende o objeto contratual com a implantação e operacionalização dos serviços assistenciais e de apoio necessários para uma gestão profissional. Pela análise de metas, verifica-se que todos os serviços pactuados, foram disponibilizados para a Central de Regulamentação e aos municípios de sua região de abrangência. <b>c) Plano de ação - Contrato de gestão:</b> A Administração da Pró-Saúde, vem implementando esforços para equilibrar as receitas e despesas do contrato de gestão firmado com o Governo do Estado do Pará. Nos últimos anos, em função dos déficits recorrentes apurados, a unidade passou a apresentar capital circulante líquido e patrimônio social negativo. Nos últimos exercícios a entidade apurou superávit, entretanto, ainda insuficiente para reverter a situação patrimonial. A Administração continuará com as medidas alternativas que são: reduzir ainda mais os custos sem prejudicar os atendimentos hospitalares, e obter empréstimos financeiros com outras unidades da Pró-Saúde. <b>2. Base de Preparação:</b> As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 18 de Abril de 2.019. <b>2.1 Base de Mensuração:</b> As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. <b>2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. <b>2.3 Uso de estimativas e julgamentos:</b> A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas			

continua

dos no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 6 - Provisão para não realização das contas a receber; • Nota 8 - Depreciação e amortização do imobilizado e intangível; • Nota 15 - Provisão para descontinuidade; e • Nota 16 - Provisão para contingência.

**3. "Operação S.O.S." e seus Reflexos:** Em agosto de 2.018, a associação tomou conhecimento, através da imprensa, que alguns de seus executivos teriam, por iniciativa própria, colaborado espontânea e efetivamente com uma investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. A Pró-Saúde esclarece que a ação judicial é sigilosa e, enquanto pessoa jurídica, não tem acesso ao seu teor, porque, como evidenciado pela própria divulgação oficial do Ministério Público Federal, tratou-se de uma decisão unilateral dos colaboradores pessoas físicas. Não foram identificados reflexos contábeis no Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA pela qual a Sede Administrativa da Pró-Saúde e suas filiais do Estado do Rio de Janeiro estão sendo objeto de investigação do Ministério Público Federal. Buscando honrar os 52 anos de existência e a relevância social de seus serviços, notadamente na saúde pública, um conjunto de ações concretas, que visam a estabelecer padrões elevados de integridade na rotina institucional, vêm sendo adotados a fim de garantir as atividades desenvolvidas pela associação através de um caminho de ética e transparência: • Em 2.017, a associação deu início ao Programa de Integridade Anticorrupção; • Em 2.018, desenvolveu o programa de governança corporativa, e ao longo do ano, foram instituídas normas de transparência e reorganizados todos os seus processos internos. O mais recente passo está em curso: todos os 16 mil colaboradores da associação estão recebendo treinamento nas novas regras institucionais; • No mesmo ano, reestruturou sua diretoria, criou o departamento de controladoria, lançou o Código de Ética e de Conduta institucional, com determinações claras que devem ser rigorosamente seguidas por todos os públicos: alta direção, colaboradores, usuários dos serviços, fornecedores, contratantes e parceiros comerciais; • Também em 2.018, lançou as bases para a implantação da Superintendência Executiva de Integridade, estrutura com autoridade e independência, encarregada de assegurar e fiscalizar o cumprimento do Programa de Integridade Anticorrupção.

**4. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

**a) Ativos circulantes e não circulantes:** • Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com insignificante risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. • Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • Imobilizado: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. • Intangível: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e contempla a amortização correspondente, que é calculada levando em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens.

**b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

**c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**d) Receita diferida:** As receitas

diferidas de custeio ou de investimento são reconhecidas conforme NBC TG 07 - (Subvenção e Assistência Governamentais). **Receita diferida - investimento:** Inicialmente os recursos provenientes de subvenções para investimentos são registrados em contas contábeis do passivo não circulante, em contrapartida à entrada em disponibilidades vinculadas. Mediante a destinação dos recursos aos bens de capital, os valores aplicados são transferidos para conta de subvenção a realizar, redutora dos subgrupos de imobilizado ou intangível (conforme o caso). O reconhecimento da receita de subvenção de investimento no resultado ocorre proporcionalmente aos encargos de depreciação, amortização, ou de gastos atribuídos aos respectivos bens de capital em cada exercício. **e) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido a sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **f) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. **Receitas de subvenções custeio:** As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. **Custos e despesas:** Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. **g) Instrumentos financeiros:** • **Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e empréstimos com partes relacionadas. • **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e empréstimos com partes relacionadas.

#### 5. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2.018	2.017
Fundo fixo	3.000	3.000
Banco conta movimento (a)	4.538.993	2.522.557
	<b>4.541.993</b>	<b>2.525.557</b>

(a) Correspondem aos saldos disponíveis em conta corrente depositadas no Banco Banpará.

#### 6. Contas a Receber

Descrição	2.018	2.017
Secretaria Executiva de Saúde Pública - Custeio (a)	10.150.846	8.889.370
Secretaria Executiva de Saúde Pública - Investimento (b)	731.729	1.800.000
	<b>10.882.575</b>	<b>10.689.370</b>

**(a) Secretaria executiva de Saúde Pública:** As contas a receber com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará correspondem aos valores acumulados ao longo do contrato de gestão, não recebidos pela unidade Hospitalar. Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras foi recebido o montante de R\$ 4.898.334. **(b) Contas a receber - Investimento:** Corresponde ao saldo a receber relativo ao 1º termo aditivo do contrato de gestão 001/2017, pactuado junto a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará em 1º de outubro de 2.017, para execução de obras de ampliação e aquisição de equipamentos hospitalares.

#### 7. Estoques

Descrição	2.018	2.017
Fios cirúrgicos	26.103	22.028
Gases medicinais	40.237	28.734
Materiais de radiologia	36.836	30.117
Materiais hospitalares de consumo	690.356	639.961
Materiais hospitalares de reposição	97.124	98.937
Medicamentos	539.187	428.527
Demais materiais	395.094	294.234
	<b>1.824.938</b>	<b>1.542.538</b>

Custo	2.018		2.017	
	Depreciação Acumulada	Líquido	Depreciação Acumulada	Líquido
3.858.986	(1.260.044)	2.598.942	(1.260.044)	1.600.100
1.397.605	(349.401)	1.048.204	(349.401)	1.113.425
674.081	(403.437)	270.644	(403.437)	57.990
64.144	(46.388)	17.756	(46.388)	23.246
323.784	(323.784)	-	(323.784)	694
494.229	(234.777)	259.452	(234.777)	295.052
395.784	(313.320)	82.464	(313.320)	89.714
2.335.932	(1.610.519)	725.412	(1.610.519)	584.748
350.976	(194.918)	156.058	(194.918)	103.077
14.431.992	-	14.431.992	-	13.449.660
-	-	-	-	9.586
(12.992.026)	-	(12.992.026)	-	(9.158.522)
<b>11.335.487</b>	<b>(4.736.590)</b>	<b>6.598.897</b>	<b>(4.736.590)</b>	<b>8.168.770</b>
243.334	(242.493)	841	(242.493)	1.736
<b>243.334</b>	<b>(242.493)</b>	<b>841</b>	<b>(242.493)</b>	<b>1.736</b>

\*As imobilizações em andamento referem-se à ampliação do Hospital, através de subvenções específicas, com término previsto para 2.019.

Itens	Saldo em 31/12/17		Adições	Transferências	Depreciação e realização	Saldo em 31/12/18	
	31/12/17	31/12/17				31/12/18	31/12/18
<b>Imobilizado</b>							
Aparelhos médicos e cirúrgicos	2.601.686	-	-	1.257.300	-	-	3.858.986
Benfeitorias	1.397.605	-	-	-	-	-	1.397.605
Equipamento de proc. de dados	418.452	255.629	-	-	-	-	674.081
Equipamento telefônico	62.445	1.699	-	-	-	-	64.144
Instalações	323.784	-	-	-	-	-	323.784
Instrumentais de médicos e hosp.	494.229	-	-	-	-	-	494.229
Máquinas e equiptos de escritório	387.568	8.216	-	-	-	-	395.784
Máquinas e equiptos hospitalares	2.083.320	252.612	-	-	-	-	2.335.932
Móveis e utensílios de escritório	285.742	65.234	-	-	-	-	350.976
Imobilizações em andamento	13.449.660	972.746	-	9.586	-	-	14.431.992
Adiantamento a fornecedores	9.586	1.257.300	-	(1.266.886)	-	-	-
(-) Subvenções a realizar *	(9.158.522)	(4.200.000)	-	-	366.496	-	(12.992.026)
(-) Depreciação **	(4.186.785)	-	-	-	(549.805)	-	(4.736.590)
	<b>8.168.770</b>	<b>(1.386.564)</b>			<b>(183.309)</b>		<b>6.598.897</b>
<b>Intangível</b>							
Direitos de uso de software	243.334	-	-	-	-	-	243.334
(-) Amortizações **	(241.598)	-	-	-	(894)	-	(242.493)
	<b>1.736</b>				<b>(894)</b>		<b>841</b>
		<b>(1.386.564)</b>			<b>(184.203)</b>		

continua

\*As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício mediante ao valor correspondente a depreciação do bem e em 2.018 montou a R\$ 366.496. \*\*As despesas com depreciação e amortização apuradas, conforme a vida útil dos bens, no exercício de 2.018 montou a R\$ 550.699 (Em 2.017 - R\$ 540.395). **c) Taxas de depreciação:** As taxas de depreciação e amortização praticadas são:

Descrição	Taxa ao ano
Aparelhos médicos e cirúrgicos	10,0%
Benfeitorias	4,0%
Equipamento de processamento de dados	20,0%
Equipamento telefônico	10,0%
Instalações	10,0%
Instrumento de medicina e cirurgia	10,0%
Máquinas e equipamentos de escritório	10,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%
Móveis e utensílios de escritório	10,0%
Direito de uso de software	20,0%

**9. Fornecedores**

Descrição	2.018	2.017
Materiais e medicamentos	1.540.666	1.610.305
Imobilizado	26.313	26.840
Serviços tomados de pessoa jurídica	817.588	961.137
<b>Total</b>	<b>2.384.567</b>	<b>2.598.283</b>

**10. Honorários Médicos:** Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.018	2.017
Honorários médicos pessoa jurídica	2.392.029	3.008.335
<b>Total</b>	<b>2.392.029</b>	<b>3.008.335</b>

**11. Obrigações Sociais e Trabalhistas**

Descrição	2.018	2.017
Salários e ordenados	1.072.739	990.423
Provisão para dissídio coletivo (a)	214.969	133.250
FGTS	162.894	150.989
INSS	101.666	95.449
Provisão de férias e encargos	1.867.204	1.699.405
Outras	23.605	15.728
<b>Total</b>	<b>3.443.077</b>	<b>3.085.244</b>

(a) **Provisão para dissídio coletivo:** Em 31 de dezembro de 2.017 correspondia ao dissídio coletivo do SINTHOSP, Sindicato dos Profissionais de Enfermagem e Técnicos, do Estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 1,69%, de setembro a dezembro de 2.017, que foi devidamente liquidado no exercício de 2018.

**12. Obrigações Fiscais**

Descrição	2.018	2.017
Imposto de renda retido na fonte	967.314	931.831
Imposto sobre serviços retidos na fonte	15.049	16.070
Pis, Cofins e CSLL retidos na fonte	3.203.229	3.055.680

Parcelamento tributos federais	2.018	2.017
PERT - Lei 13.496/17 (a)	78.322	125.254
<b>Total</b>	<b>4.263.914</b>	<b>4.128.835</b>

**Passivo circulante**

Parcelamento tributos federais	1.051.553	1.075.083
PERT - Lei 13.496/17 (a)	1.051.553	1.075.083

**Passivo não circulante**  
(a) **Parcelamento Lei 13.496/17 - tributos federais:** Em novembro de 2.017, foi efetuada a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Lei 13.496,17, para o parcelamento de impostos e contribuições federais. O prazo para recolhimento é de 120 (cento e vinte) meses. Os valores estão atualizados pela variação da taxa Selic e a última parcela está prevista para dezembro de 2027.

**13. Partes Relacionadas**

Descrição	2.018	2.017
<b>Ativo circulante</b>		<b>(Reclassificado*)</b>
<b>Empréstimos de materiais e medicamentos (a)</b>		
Hospital de Altamira	4.087	180
Hospital de Santarém	-	106
<b>Total</b>	<b>4.087</b>	<b>286</b>
<b>Passivo circulante</b>		
<b>Empréstimos de materiais, medicamentos e financeiros (b)</b>		
Hospital de Altamira	-	269
Hospital de Santarém	2.020.410	2.021.456
Hospital de Oncológico	-	317
Hospital de Metropolitano	1.153.088	920.170
Hospital Galileu	259.000	259.000
<b>Serviços corporativos compartilhados (c)</b>		
Sede Administrativa	3.004.252	4.743.754
<b>Total</b>	<b>6.436.750</b>	<b>7.944.966</b>

\*Os valores relativos ao exercício de 2.017 foram reclassificados para apresentação em contas de ativo e passivo. Nas demonstrações financeiras do exercício anterior foram apresentados de forma líquida pelo montante de R\$ 7.944.680 (a) - **Empréstimos de materiais e medicamentos:** Corresponde a empréstimos de materiais e medicamentos hospitalares efetuados ou tomados de outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar. (b) - **Empréstimos financeiros:** Corresponde a empréstimos financeiros efetuados às unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, para os quais não há prazo para devolução nem a incidência de juros. Essas operações financeiras foram efetuadas com o consentimento da Secretaria do Estado de Saúde Pública do Pará - SESPA. (c) - **Serviços Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado. **14. Receitas Diferidas:** Corresponde ao saldo a realizar referente ao 2º termo aditivo do contrato 034/2.012 no valor de R\$ 10.094.648 celebrado em exercícios anteriores, do 8º e 9º termo aditivo ao contrato 034/2012 no valor de R\$ 1.290.925 pactuados no exercício 2.016, de R\$ 1.416.973 no exercício de 2.017, ao 1º termo aditivo ao contrato 001/2.017 no valor de R\$ 5.481.259, pactuado no exercício de 2.017, ao valor de R\$ 4.200.000 referente ao exercício de 2.018 junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA), com a finalidade de promover investimentos necessários à execução de obras de ampliação e aquisição de equipamentos hospitalares para a unidade. A movimentação no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.018	2.017
Saldo inicial	11.067.236	4.169.004
(+) Subvenção para investimento	4.200.000	6.898.232
(-) Gastos com obras em andamento (ativo imobilizado)	(4.200.000)	-
<b>Total</b>	<b>11.067.236</b>	<b>11.067.236</b>

**15. Provisão para Descontinuidade de Contrato:** Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa

rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.018	2.017
Saldo inicial	2.304.014	2.390.993
Adições (Nota 18 - despesa com pessoal)	847.602	199.816
Baixas por rescisões de contratos	(212.776)	(286.795)
<b>Saldo final</b>	<b>2.938.840</b>	<b>2.304.014</b>

**16. Provisão para Contingências:** A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Administração da Entidade, com base em informações de seus assessores jurídicos, e análises das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. A composição do valor registrado referente às contingências prováveis de perda está demonstrada a seguir:

Descrição	2.018	2.017
Trabalhistas	1.422.799	693.812
<b>Total</b>	<b>1.422.799</b>	<b>693.812</b>

No exercício de 2.018, a Administração, baseada em informações de seus assessores jurídicos e análises das demandas judiciais pendentes, autorizou complemento do saldo da provisão no montante de R\$ 728.987. **17. Receitas de Subvenções - Custeio:** As receitas com subvenções - custeios referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.018 montaram R\$ 58.780.008 (2.017 - R\$ 58.164.977).

**18. Despesas Com Pessoal**

Descrição	2.018	2.017
Salários e ordenados	(11.796.254)	(9.838.410)
Insalubridade	(1.199.966)	(1.105.287)
Horas extras	(301.343)	(494.690)
Décimo terceiro salário	(1.314.191)	(1.167.814)
Férias	(1.761.908)	(1.590.534)
FGTS	(1.398.616)	(1.112.154)
Provisão para descontinuidade -		
Multa rescisória FGTS	(847.602)	(199.816)
Contribuição patronal ao INSS	(4.769.262)	(4.245.582)
(-) Isenção da contribuição patronal ao INSS	4.769.262	4.245.582
PIS	(169.120)	(144.008)
(-) Isenção do PIS (a)	169.120	81.910
Outras despesas com pessoal	(1.373.776)	(1.116.911)
<b>Total</b>	<b>(19.993.656)</b>	<b>(16.657.714)</b>

**19. Serviços de Terceiros**

Descrição	2.018	2.017
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(18.697.247)	(18.368.573)
Serviços tomados de pessoal jurídica	(1.194.253)	(3.445.290)
Serviços tomados de pessoal física	-	(27.514)
<b>Total</b>	<b>(19.891.500)</b>	<b>(21.841.377)</b>

**20. Custo Corporativo Compartilhado:** Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

**21. Drogas Materiais e Medicamentos:**

Descrição	2.018	2.017
Dietas enteral e parenteral	(469.879)	(545.323)
Medicamentos	(1.609.061)	(1.486.140)
Ortese e prótese	(802.413)	(714.619)
Materiais de uso do paciente	(2.844.643)	(2.486.153)
Gases medicinais	(364.796)	(442.545)
Gêneros alimentícios	(756.972)	(823.629)
Materiais de limpeza e lavanderia	(517.925)	(460.098)
Peças e acessórios para reposição	(413.660)	(394.337)
Filmes Radiológicos	(161.467)	(154.795)
Materiais para Hemodiálise	(55.966)	(61.137)
Fios Cirúrgicos	(48.931)	(61.636)
Materiais de conservação, reparos e consumo diversos	(1.095.397)	(606.138)
<b>Total</b>	<b>(9.141.112)</b>	<b>(8.236.550)</b>

**22. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.018	2.017
<b>Ativos</b>		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	4.541.993	2.525.557
Pelo custo amortizado		
Contas a receber de clientes	10.882.575	10.689.370
Partes relacionadas a receber	4.087	286
<b>Total</b>	<b>15.428.655</b>	<b>13.215.213</b>
<b>Passivos</b>		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	2.384.567	2.598.283
Honorários médicos	2.392.029	3.008.335
Partes relacionadas a pagar	6.436.750	7.944.966
<b>Total</b>	<b>11.213.346</b>	<b>13.551.584</b>

**Risco de liquidez:** O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

**23. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria nº 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 21 de dezembro de 2016 é publicada a portaria nº 2.187, relativo ao processo de Supervisão SIPAR nº 25000.089057/2015-65 que cancelou o certificado. Em 25 de julho de 2017 foi publicada a portaria nº 1.273 que suspendeu os efeitos da Portaria nº 2.187/2016, isto por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Supervisão (SIPAR nº 25000.089057/2015-65), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, SIPAR

continuação nº 25000.110426/2012-43, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, sendo indeferido pela Portaria nº 771 de 29 de maio de 2018. Em 04/07/2018 foi publicada a Portaria nº 1.006/2018 que suspendeu os efeitos da portaria nº 771/2018, também por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Renovação (SIPAR nº 25000.110426/2012-43), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Relativamente ao triênio de 2.004 a 2006, tem-se que o processo SIPAR 25000.163451/2011-49 foi retomado em função da Ação Popular nº 0139700-62.2013.4.02.5102, havendo o indeferimento, em grau de reconsideração, da Renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), ato este exteriorizado pela portaria nº 805 de 05 de junho de 2018, publicada no DOU em 19.06.2018. No entanto, por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, referido indeferimento foi suspenso, pela portaria de nº 1.103, de 19.07.2018, publicada no DOU em 23.07.2018, ao que, pelo momento, a renovação do CEBAS da entidade, ainda aguarda apreciação por parte do Ministério da Saúde. Em 01 de agosto de 2015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado SIPAR nº 25000.100966/2015-61, o qual se encontra aguardando análise em ordem cronológica. Em 24/07/2018 foi protocolado novo requerimento no Sistema de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, registrado SIPAR nº 25000.127908/2018-28, relativo ao triênio 2019 a 2021. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras os requerimentos não tinham sido julgados. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.018 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. **(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal e sua respectiva isenção estão demonstradas na nota explicativa nº 18 - Despesas com pessoal não afetando o resultado do exercício. **24. Imunidade e Isenção Tributária:** A Pró-Saúde - Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar é uma entidade sem fins lucrativos, beneficente de assistência social, imune à tributação, notadamente em relação à cota patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: PIS (Programa de Integração Social): A partir de maio de 2017 a Entidade passou a não recolher o PIS sobre Folha de Pagamento, baseada na Solução de Consulta COSIT nº 173/2017 de 13/03/2017, considerando que no item 15, b) a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) vinculou seu entendimento conforme previsto na Nota PGFN/CASTF/Nº 637/2014 de 29/05/2014, onde reafirma a Imunidade ao PIS sobre Folha de Pagamento às entidades beneficentes de assistência social (que atendam aos requisitos da Lei), de acordo com jurisprudência do Superior Tribunal Federal. COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. A isenção das contribuições usufruídas foram:

Descrição	2.018	2.017
Contribuição para o finan. da seguridade social (COFINS)	1.777.495	1.758.181
Contribuição patronal ao INSS	4.769.262	4.245.582
PIS sobre folha de pagamento	169.120	81.910
	<b>6.715.877</b>	<b>6.085.673</b>

Ressalte-se que os valores das contribuições são informados apenas nas notas explicativas, observado o seguinte: as referidas contribuições não representam custo, despesa ou obrigação da entidade em razão de sua imunidade e isenção tributária, bem como nenhum ganho efetivo, perda ou risco potencial à entidade. **25. Pacientes Atendidos:** A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

**Dom Eurico dos Santos Veloso** - Presidente • **Miguel Paulo Duarte Neto** - Diretor Corporativo Administrativo Financeiro  
**Valdemir Fernille Girato** - Diretor Geral do Hospital • **Benjamin Ferreira de Sousa Neto** - Diretor Financeiro do Hospital  
**Othilio Garcia Praia Junior** - Contador do Hospital - CRC: 1PA020.240/O-3 • **David Martins Ferreira** - Contador Corporativo - CRC: 1SP195.413/O-2 "S" - PA

#### Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

**Aos Administradores - Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá - PA. Opinião sem ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** O Hospital tem apurado prejuízos operacionais constantes, fato que tornou o capital circulante líquido e o patrimônio líquido negativo. Conforme nota explicativa nº 1c, a Administração está implementando esforços no sentido de equilibrar os custos e receitas, medida que já proporcionou a apuração de superávits nos últimos exercícios. Entretanto, ainda em montantes insuficientes para reverter a posição patrimonial negativa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **ênfase - Efeitos da "Operação S.O.S.":** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3, que descreve os reflexos da "Operação S.O.S." na Pró-Saúde, que abrange: (i) A colaboração espontânea realizada por alguns executivos da Pró-Saúde em investigação conduzida pelo Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro, da qual tomou-se conhecimento em agosto de 2018; (ii) Até a presente data, não foram identificados ajustes contábeis que pudessem afetar o patrimônio líquido do Hospital Regional Público do Sudeste Dr. Geraldo Veloso - Marabá/PA; e (iii) As ações que estão sendo adotadas pela Administração corporativa da Pró-Saúde. Nossa opinião não está modificada em relação a esses assuntos. **Outros assuntos - demonstrações financeiras do exercício anterior:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram por nós examinadas e o relatório emitido em 23 de Março de 2018 não contém ressalvas. Entretanto, na ocasião incluímos parágrafo de incerteza relevante relacionada a continuidade operacional do Hospital. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar

operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Marabá, 18 de Abril de 2019.

**LM Auditores Associados - CRC 2SP018.611/O-8**  
**Maurício Diácoli - CRC 1SP129.562/O-5 "S" - PA**

Protocolo: 428569

**JACUNDÁ AMBIENTAL S.P.E. - S.A.**  
 CNPJ nº 32.086.315/0001-90 - NIRE 15.624.561-2  
**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 26/04/2019**

Local/Data/Hora: 26/04/2019, 10h, na Rua Arandu, no 57, 9º, Conjunto 94, Brooklin, SP/SP. Presença/Convocação: Dispensada a convocação pela presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. Quorum de Instalação: Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Alexandre Ferreira Lopes (Presidente do Conselho); Eduardo Bortholosi Cerquetani; Ricardo Coifman; e Ricardo Zweibil. Mesa: Presidente da Mesa: Alexandre Ferreira Lopes e Secretário: Ricardo Coifman. Deliberações: Por unanimidade de votos dos presentes

e sem quaisquer restrições: (i) Opinar pela aprovação das contas da Diretoria, das demonstrações financeiras, do balanço patrimonial e da DRE, do exercício findo de 2018, devidamente divulgadas por publicação no Diário Oficial do Estado do Pará, no 33.861, pg. 90, de 26/04/2019; e no Jornal Folha de São Paulo, no 32.895, pg. A23, de 26/04/2019, dando quitação aos Diretores; (ii) Em razão do exercício findo não ter apresentado lucro, não há opinião quanto a destinação de resultados a ser deliberada; (iii) Opinar pela aprovação do limite de até R\$ 2.000.000,00 da remuneração global de administradores, por exercício. **Encerramento: Nada mais. Presidente: Alexandre Ferreira Lopes; Secretário: Ricardo Coifman.**

Protocolo: 428559



**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE**

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioepa.com.br, terça-feira, 30 de abril de 2019 às 07:38:16.